

## Significado e natureza do governo Bolsonaro e perspectivas de esquerda.

Wladimir Pomar\*

Levando em conta as propostas defendidas na campanha eleitoral, sua composição ministerial e suas políticas em curso, torna-se evidente que o governo Bolsonaro tem em vista realizar não só “reformas” ou “contra-reformas” econômicas de natureza neoliberal, que tornarão ainda mais iníquas as desigualdades de renda e de vida da população brasileira. Ele também atua no sentido de criminalizar e reprimir os movimentos sociais (sindicais, culturais, ambientalistas, artísticos, científicos etc) e políticos (partidos, associações etc.), democráticos e populares, sejam eles combativos ou passivos.

Ou seja, embora com características próprias, trata-se de um movimento de cunho fascista que pretende reconfigurar o Brasil como nação. Não como nacionalidade soberana, até mesmo capaz de subordinar outras nações, como pretendiam os fascismos do século 20, sequiosas de participar do sistema colonial existente, mas como nação dependente e vassala do capitalismo imperialista norte-americano, a exemplo do Chile de Pinochet.

Sua política externa não é apenas subalterna a esse imperialismo e de apoio a governos não democráticos e de iguais tendências. É uma política que tende a isolar o Brasil de todos os órgãos de convivência internacional, tidos como centros de difusão do globalismo próprio do “marxismo cultural”. Seu empenho em defender ditaduras militares, a exemplo das participantes da Operação Condor, e glorificar os agentes militares e policiais que praticaram torturas e assassinatos frios de presos políticos, reduzir os espaços de representação na composição de conselhos públicos, privatizar o ensino e a universidade e intimidar a produção intelectual crítica e científica, guarda conotações nazistas capazes, segundo Curzio Malaparte, de fazer com que sejam sacados revólveres se alguém pronunciar a palavra cultura.

Essa linha de pensamento e de ação visa também alterar as políticas ambientais e de proteção das comunidades indígenas. Tem em vista, principalmente, a abertura do

---

\* Jornalista e autor, entre outros, de *A Revolução Chinesa* e *O nome da vida*.

território nacional, rico em reservas florestais e minerais, para a exploração de grandes empresas transnacionais de mineração e para o agronegócio, mesmo que este último possa ser prejudicado em suas relações comerciais externas.

Nessas condições, a proteção ambiental da Amazônia e de outros biomas nacionais importantes, como o Cerrado, a Mata Atlântica e os manguezais, tendem a sofrer devastações ainda mais desastrosas do que o ataque de óleo bruto ao litoral nordestino.

Diante desse significado e natureza do governo Bolsonaro, e de sua ofensiva reacionária, definir as perspectivas da esquerda política demandam uma avaliação mais extensa. Avaliação não só das características dessa ofensiva, mas também das políticas da própria esquerda em relação às ofensivas passadas, em particular da ofensiva reacionária de 2013, tendo o PT e seu governo como principais alvos.

Vale a pena acentuar que não é a primeira vez, nem será a última, que o Brasil é acometido por ofensivas reacionárias, tendo por base alguma crise econômica e suas consequentes disputas políticas e institucionais. As medidas antidemocráticas do governo Dutra e do parlamento, em 1947, principalmente contra os comunistas e os sindicatos, assim como o golpe militar de 1964, contra todas as liberdades democráticas, são exemplos históricos significativos.

Por outro lado, também não é a primeira, e provavelmente não será a última vez, que setores de esquerda se vejam perplexos, sem conseguir analisar adequadamente a realidade nem adotar políticas de enfrentamento contra a situação desfavorável. Em 1947, os comunistas e seus aliados não acreditavam que o objetivo reacionário consistia em fazer com que fossem empurrados para a clandestinidade e que o movimento sindical fosse manietado. Ficaram sem saber como evitar tal golpe num contexto aparentemente democrático.

Em 1964 foi ainda pior. Os comunistas e outras forças de esquerda, com apenas algumas exceções, acreditaram no “democratismo” das forças armadas e da própria burguesia, e não adotaram medidas de mobilização política para enfrentar o golpe militar e impedir sua concretização. O posterior esfacelamento das esquerdas políticas, as tentativas desastrosas de resistência armada, e a lenta superação do sistema ditatorial

militar, foram o alto preço pago pelas forças democráticas e populares para se livrarem da ditadura.

Portanto, a atual ofensiva reacionária talvez não seja a última produzida por crises econômicas, sociais e políticas. Crises diante das quais as correntes de esquerda, em boa parte, realizaram análises insuficientes ou erradas da realidade e adotaram linhas estratégicas e táticas também insuficientes e/ou erradas.

Por exemplo, em 2005, os processos do *Mensalão* evidenciaram que setores da burguesia encastelados no Judiciário e em outros órgãos do poder de Estado e do sistema midiático estavam dispostos a cortar na própria carne para emparedar o PT e impedir a reeleição de Lula. Para não parecer que a condenação de petistas por uso de caixa dois para financiar campanhas eleitorais fosse perseguição exclusiva, a operação judicial tinha que demonstrar isenção, também envolvendo membros de outros partidos e parte do empresariado, tradicionalmente corruptor. Cabe lembrar que, nessa ofensiva, alguns setores de esquerda alinharam-se aos ataques contra o governo Lula.

Apesar dos estragos sofridos pelo PT, Lula foi reeleito em 2006. E, talvez por isso, a direção petista tenha considerado desnecessário realizar uma investigação interna e, mais do que isso, avaliar criticamente o senso comum vigente de que, se todos os partidos recebiam contribuições de caixa dois para financiar campanhas eleitorais, o PT também poderia recebê-las. Essa ausência de avaliação crítica fez com que a direção petista se tornasse incapaz de examinar em profundidade não só os danos então causados ao partido, mas também de adotar medidas sérias e duras para inibir desvios de conduta em relação ao trato financeiro, precavendo-se de futuros ataques nesse terreno.

Para complicar, a partir de 2008, o desencadeamento da crise econômica mundial apontava que, mais cedo ou mais tarde, suas ondas chegariam ao território brasileiro e criariam problemas econômicos, sociais e políticos sérios. Isso ocorreria, principalmente, se o governo dirigido pela esquerda, em aliança com setores da burguesia, continuasse com uma estratégia frouxa, ou quase inexistente, de investimentos na indústria de máquinas e equipamentos e na agricultura de alimentos.

E, além disso, continuasse com uma macroeconomia de juros altos, câmbio volátil e desonerações fiscais para os oligopólios industriais e comerciais.

A equipe da esquerda no governo também parecia não ter qualquer visão sobre a necessidade de ter mais empresas estatais atuando nas áreas de ponta da economia e na construção da infraestrutura, de modo a intensificar os investimentos produtivos, a geração de empregos, e a concorrência intensificadora do desenvolvimento tecnológico. Ou seja, não fazia com que as alas da burguesia, supostas aliadas ou não, se sentissem prejudicadas se quisessem saltar do barco da aliança.

Além disso, o governo petista não avaliou adequadamente que várias alas da burguesia continuavam críticas e refratárias em relação à política de redistribuição de renda aos mais pobres e operavam para jogar os setores intermediários contra a “nova classe C”. Para piorar, tal política, correta em suas linhas gerais, apresentava desvios que também criavam problemas com setores de trabalhadores por elevar a renda dos mais pobres sem exigir contrapartidas em trabalho e/ou em estudo dos adultos beneficiados.

Esses descompassos e lacunas foram aproveitados pela grande burguesia, que já não suportava as políticas de inclusão social, em 2010, para incentivar a oposição ao governo petista e tentar novamente sua derrota pela via eleitoral. Mas a nova vitória contra a oposição burguesa levou a direção petista, mais uma vez, a não realizar uma avaliação fina dos resultados eleitorais. Em consequência, perseverou nas políticas que desdenhavam as marolas da crise mundial, e não tomou as medidas necessárias para enfrentar seus efeitos sobre a economia e sobre a política brasileira.

Ou seja, ficou incapacitada de enxergar os deslocamentos políticos de setores moderados da esquerda no rumo da direita. E achou que concessões ao PMDB e a outros agrupamentos políticos de centro e centro-direita, com cargos no governo, seriam capazes de barrar qualquer ofensiva reacionária. Além disso, não avaliou adequadamente os objetivos e métodos da emergente Operação Lava Jato, as causas e consequências das manifestações de 2013, a composição do parlamento eleito em 2014, a vitória de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara, e a crescente emergência de uma agenda regressista e golpista.

Por isso, continuou proclamando, erroneamente, que a ameaça do *impeachment* se devia a um golpe de “vingança” de Cunha, ao invés de dizer abertamente, desde o início, que nos encontrávamos diante de um golpe que visava aplicar a agenda neoliberal do grande empresariado estrangeiro e nacional. Agenda que, como dizia explicitamente a revista *Época*, do oligopólio Globo, pretendia repetir a política adotada “entre o início dos anos 1990 e o fim do ano 2000”.

Isto é, uma política que “abriu a economia, eliminou a hiperinflação, fez privatizações, começou a entender o valor da livre-iniciativa e de um bom ambiente de negócios”. E que, podemos acrescentar, levou à quebra parte importante do parque industrial nacional, à subordinação da política externa aos ditames dos centros dirigentes dos Estados Unidos, e ao aprofundamento da miséria e das desigualdades sociais a níveis ainda mais degradantes.

Em outras palavras, os comandos do PT e do governo foram incapazes de ver, nas alianças de então, quem era realmente governo e quem era simplesmente infiltrado. E adotaram uma política de concessões e conciliações que desdenhava o recrudescimento da luta de classes, afastava o governo e o PT de suas bases sociais, e as deixava à mercê dos falsos aliados e dos verdadeiros inimigos.

Para complicar a dificuldade em processar as movimentações econômicas e políticas do período, aqueles comandos foram incapazes de analisar com propriedade o desenvolvimento da Operação Lava-Jato e da apropriação hipócrita, pela direita, da bandeira de luta contra a corrupção. Não entenderam que a grande burguesia havia decidido cortar ainda mais e maiores partes de seus braços para que a Lava Jato apresentasse legitimidade, ou a suposta “isenção”, diante da opinião pública, com isso tirando Lula da disputa de 2018 e garantindo uma reversão das expectativas.

Ou seja, continuaram subestimando a necessidade de adotar medidas duras contra petistas que haviam cometido erros ou deslizos no trato das contribuições financeiras empresariais, mesmo legais. Não foram capazes de compreender que a esquerda e o governo só seriam blindados contra a ofensiva reacionária se adotassem uma estratégia também ofensiva para disputar com a Lava Jato, de modo a não perder o apoio das

grandes massas da base da sociedade, e desqualificar os ataques desmoralizantes contra a esquerda.

Não bastava, naquele momento, para processar o que estava acontecendo, reconhecer genericamente que foram cometidos erros. Nem que os inimigos estavam unificados em torno de uma agenda de retorno ao neoliberalismo. E que, em tais condições, era preciso travar as lutas institucional e social, mobilizando setores políticos que iam além da esquerda, em defesa da democracia e dos demais direitos populares inscritos na Constituição de 1988.

Era imperioso ir muito além disso, principalmente porque os petistas estavam no governo e a derrota desse governo, apesar de seus erros, constituiria um golpe profundo nas conquistas democráticas do povo brasileiro. Era preciso, portanto, acertar as contas com os próprios erros porque, sem isso, haveria um perigoso deslocamento das bases sociais populares em direção ao centro e à direita, correndo-se o risco de voltar a cometer os mesmos erros, embora com outras embalagens.

Nos casos relacionados a problemas financeiros e/ou tráfico de influência, continuava sendo imprescindível examinar os processos de todos os envolvidos e, dependendo de cada situação, tomar medidas públicas de expulsão, desfiliação ou afastamento. No caso dos erros de estratégia política e econômica, urgia criar um estado-maior que implementasse uma nova estratégia, capaz de enfrentar a situação de defesa estratégica em que as forças de esquerda se encontravam. O que significava substituir os que queriam perseverar na errônea estratégia política e econômica anterior.

Com as medidas acima, devia-se enfrentar a Lava-Jato fazendo-a aprofundar as investigações e os processos contra todos os corruptores e corruptos, sem exceção. Era preciso pressioná-la para substituir os genéricos “indícios”, e “delações por ouvir dizer”, por provas consistentes. Era preciso, sobretudo, exigir celeridade no processo contra o comprovado meliante Cunha, que usava seu poder regimental para prolongar e desfazer o trabalho da Comissão de Ética da Câmara.

Portanto, para encarar e processar adequadamente aquele momento era necessário colocar as questões acima na ordem do dia. Sem isso, a esquerda, em especial o PT,

continuará sem a legitimidade necessária para mobilizar grandes contingentes de trabalhadores e de outras camadas populares e médias. Estas já se encontravam sob a influência do trabalho de desmoralização que era levado a cabo, e que continuava sendo, contra os petistas e a esquerda, em geral.

Os acontecimentos posteriores, que culminaram em 2018 com a eleição presidencial de um representante da ultradireita fascista, comprovaram, infelizmente, que aquela análise e as sugestões decorrentes estavam corretas.

Porém, o pior da atualidade é que até hoje há dirigentes políticos da esquerda que não conseguem reconhecer que lhes faltou visão crítica. E, em consequência, uma ação correspondente para corrigir seus erros estratégicos e táticos, em especial seu descolamento em relação à sua base social trabalhadora e excluída, e enfrentar com mais consciência a ofensiva da burguesia dominante. No fundo, tais dirigentes acreditam que Bolsonaro vai afundar por seus próprios defeitos, afundando também o programa neoliberal de seu Posto Ipiranga e da maior parte da burguesia nativa.

Na verdade, como já vimos, o governo Bolsonaro não foi eleito para cumprir democraticamente o programa neoliberal da grande burguesia brasileira, democracia e programa que ele não entende. Ele foi eleito para liquidar a democracia, a esquerda, a independência nacional, e todas as conquistas que porventura o povo tenha obtido após a ditadura militar. Somente uma conjuntura de fatores aparentemente desconexos, incluindo o abismo que levou grande parte da “direita civilizada”, assim como dos pobres que consideram Lula o melhor presidente que o Brasil já teve, a anularem seu voto ou o depositarem no “Mito”.

Não é por acaso que a imprensa oficial da grande burguesia se tornou crítica, até mesmo ferrenha, das sandices bolsonaristas, mas continue promovendo as reformas neoliberais, apesar dos acontecimentos do Chile, que colocaram a nu todas as suas mazelas. Em outras palavras, a burguesia tenta salvar e implementar seu programa e, para isso, se vê obrigada a diferenciar-se da corrente política fascista que ocupa a presidência da República, colocando a nu flancos frágeis em sua estratégia e em suas táticas.

Nessas condições, além de acertar as contas com os erros diante da ofensiva da direita, as esquerdas precisam ter um programa claro e unificador relacionado não só com a

ampliação dos mecanismos democráticos, mas também e claramente com o desenvolvimento econômico. Somente através dos investimentos produtivos, da reforma agrária, da distribuição mais equitativa da renda nacional, da ampliação da educação, saúde pública, moradia, saneamento, transportes e outros itens indispensáveis à vida da população brasileira, será possível elevar as taxas de emprego e superar o desastre de muitos milhões de brasileiros vivendo na indigência.

Nesse sentido, mais do que antes será necessário aumentar a presença de empresas estatais concorrendo com as empresas privadas no processo produtivo, de modo a estimular os investimentos, as inovações e a concorrência, indispensáveis para rebaixar custos e preços, desenvolver o emprego das ciências e novas tecnologias, e evitar que os oligopólios estrangeiros dominem a economia e a subordinem a seus interesses exclusivos.

Ou seja, é imprescindível compreender que a oposição ferrenha da classe capitalista à presença de empresas estatais no processo produtivo, na circulação das mercadorias e na distribuição da mais-valia se deve justamente à noção de que, além de forçarem todas as empresas à concorrência que rebaixa preços, as estatais podem se tornar cunhas socialistas no modo de produção capitalista e na distribuição menos desigual da renda nacional.

Por fim, qualquer que seja o caráter da frente política a ser construída pela esquerda socialista para impedir que o governo antipopular e antissocial de Jair Bolsonaro consiga destruir as conquistas democráticas e populares do povo brasileiro, é imprescindível que tal frente esteja firmemente enraizada nas camadas majoritárias da base popular desse povo. Sem tal enraizamento, como pré-condição, qualquer frente política de esquerda não passará de um sonho de verão.